

Marx e as crises cíclicas do capitalismo: aspectos teóricos

Flávio Ferreira de Miranda

Doutorando UFF

Resumo: Muito se escreveu nos últimos anos sobre a crise atual do capitalismo a partir de um arcabouço teórico marxista. No entanto, muitas dessas interpretações dos fenômenos correntes, a despeito de invocarem a mesma base teórica, são totalmente incongruentes. Nesse sentido, julga-se oportuno o debate sobre as crises econômicas a partir da perspectiva marxiana. Mais especificamente, entender a causa das crises econômicas capitalistas, a partir explanação de seu conteúdo. Acredita-se que esta tarefa deve ter por princípio uma leitura rigorosa da lei do valor de Marx, meio através do qual este autor busca explicitar as leis que regulam o movimento das economias capitalistas. Este é o objetivo deste artigo, que termina por indicar, brevemente, o caminho para se entender as especificidades da crise econômica atual a partir de Marx.

Palavras-chave: Crises cíclicas; lei do valor; capital fictício

Abstract: There has been a lot of writings about the current economic crises in the marxist field. Although, much of these interpretations are absolutely incongruent, despite the fact that they advocate the same theoretical base. Therefore, the debate over economic crises under a marxian perspective is convenient. More specifically, to understand the causes of the phenomenon through the explanation of its content. It is believed that this task must have as a principle a rigorous interpretation of Marx's law of value, way through which the author seeks to understand the laws of movement of capitalist economies. This is the aim of this paper, that ends indicating, briefly, the way to understand current crisis specificities through Marx.

Key words: Cyclical crisis; Law of value; fictitious capital

Área: Economia Política, Capitalismo e Socialismo

Sub-área: Teoria do valor

Sessão Ordinária

Marx e as crises cíclicas do capitalismo: aspectos teóricos

Flávio Ferreira de Miranda - Doutorando UFF

Neste artigo tem-se a intenção de destacar alguns elementos que se julga de fundamental importância para a concepção das crises econômicas na obra de Marx. A profusão de interpretações marxistas, completamente díspares, sobre a crise atual indica a importância dessa discussão¹. O caminho adotado aqui parte de uma análise rigorosa da lei do valor de Marx, forma pela qual desvenda as tendências subjacentes ao processo de acumulação de capital.

Apesar da carência de um tratamento acabado e sistemático do assunto pelo autor em questão, sendo as crises o momento em que as contradições do modo de produção capitalista se explicitam, pode-se argumentar que o tema esteja presente desde o início de *O Capital*, uma vez que é o desvendar do domínio causal subjacentes à realidade histórico-específica do capitalismo o mote da obra.

Nas crises os aspectos contraditórios dos dois pólos de uma mesma relação dialética se manifestam violentamente e essa é a única forma possível de restabelecer-se a unidade necessária entre esses pólos. As crises, portanto, são soluções bruscas que restabelecem transitoriamente a normalidade, ou seja, não são terminais – consideradas em si mesmas –, não se deve esperar o fim do capitalismo como mera consequência de uma crise econômica, que pelo contrário o restaura, recolocando-o em seu curso normal (contraditório) de desenvolvimento. Isto significa dizer que as crises criam as condições para um novo processo de acumulação de capital, o que denota o caráter cíclico do mesmo.

Seguem-se as indicações de Ribeiro (2008) e Carcanholo (1996), no sentido de que para o estudo das causas de um fenômeno, faz-se necessário entender seu conteúdo. “Uma teoria marxista da crise deve, portanto, entender o conteúdo do fenômeno, explicar a sua causa, e explicitar as formas pelas quais ele se apresenta na economia”. (CARCANHOLO, 1996, p. 173). Assim prossegue este artigo: a primeira seção tem por objetivo entender o conteúdo das crises econômicas, identificando-o desde as categorias mais gerais da análise marxiana do modo de produção capitalista, onde as crises aparecem apenas como possibilidade, para em seguida demonstrar como as leis gerais desse modo de produção transformam o que antes era mera possibilidade em nível teórico-abstrato em realidade, isto é, em resultado necessário do funcionamento dessas leis; em seguida, explicita-se a causa fundamental deste estado de coisas; em forma de conclusão, pretende-se indicar como a acumulação de capital fictício, um aspecto dominante do capitalismo global desde a década de 1970, configurando, como se pode argumentar, um novo momento cíclico de acumulação de capital, cuja crise se manifesta de maneira mais forte desde 2007, implica no

¹ Para uma discussão sobre as interpretações marxistas da crise atual ver Miranda (2011).

aprofundamento da contradição básica responsável pelo movimento cíclico das economias capitalistas.

1 - Conteúdo

Antes de desenvolver apontamentos sobre as crises, Marx já concluiu o enunciado da lei do valor em *O Capital*, isto é, identificou o valor como relação social de igualação quantitativa entre os muitos trabalhos úteis possíveis de qualidades diversas, sua forma de manifestação na troca por um equivalente geral, o valor de troca, e sua forma de manifestação na troca tendo por equivalente em dinheiro, o preço, analisando cuidadosamente o processo de produção e circulação do capital sem considerar divergência quantitativa entre preço e valor, até tratar do processo global de acumulação capitalista (terceiro livro de *O Capital*), com o exame da interação concorrencial dos capitais individuais para investigar a formação de uma taxa média de lucro, ou seja, seguindo o caminho em direção à forma mais concreta de manifestação da mais-valia, o lucro. Neste ponto surge a categoria preço de produção, forma transmutada do valor que indica que as mercadorias não se vendem necessariamente por seus valores (individualmente consideradas, pois são vendidas por seus valores tendo-se em vista a totalidade, ou seja, o somatório dos preços de produção é igual ao somatório dos valores das mercadorias), indicando a formação de uma taxa média de lucro, como porção da mais-valia global que cada capital, individualmente considerado, se apropria. O preço de produção, somatório do preço de custo com o lucro médio, indica que um capital com composição orgânica superior à composição média do capital social, ou seja, com maior razão entre capital constante e capital variável, utilizando proporcionalmente menos força de trabalho, portanto, pode vender sua mercadoria acima do valor da mesma, apropriando-se de maior massa de mais-valia do que ele mesmo produziu, enquanto um capital de composição orgânica inferior apropria-se de mais-valia em quantidade menor do que por ele produzida. Essa é uma tendência que pode ser observada a este nível de abstração, tendo-se em vista a possibilidade de que os capitais migrem de um ramo para outro em busca das taxas de lucro mais altas possíveis.

Então, tendo-se em vista todo o capital social, quanto menor a composição orgânica, maior a quantidade de mais-valia produzida e, portanto, maior a massa de mais-valia que caberá a cada parte alíquota do capital total. No entanto, do ponto de vista individual, aumentar a composição orgânica significa reduzir o preço de custo, uma vez que todo o capital variável é circulante, enquanto grande parte do capital constante transfere valor aos poucos, ao longo de muitos processos produtivos, à mercadoria. Desta forma, para o capitalista individual, poupar trabalho significa poder apropriar-se de mais-valia extraordinária, isto é, apropriar-se de mais valor do que foi produzido, o que se expressa para ele como mera redução de custos frente à taxa de lucro a que faz jus enquanto parcela do capital total. Ao capitalista parece que seu lucro não provém do trabalho por ele mesmo

empregado, embora a taxa média de lucro dependa da exploração global do trabalho. Trabalho vivo não parece, portanto, ser fonte de lucro, pelo contrário, a economia de trabalho é fonte direta de aumento do lucro para um capitalista individual.

Para concluir a lei do valor e partir para a análise completa de suas conseqüências tendo-se em vista o processo global de acumulação de capital, Marx passa a considerar as influências mais rasteiras, isto é, mais superficiais, sobre os preços de mercado, a interação entre oferta e demanda determinando os desvios com relação ao valor de mercado (tempo de trabalho socialmente necessário), ou ao preço de produção. Se a demanda for maior que a oferta os preços de mercado são regulados pelas mercadorias produzidas nas piores condições; se a oferta for maior que a demanda os preços de mercado regulam-se pelas mercadorias produzidas na melhores condições. Assim, preços de mercado flutuam em torno do valor de mercado (ou dos preços de produção, considerando-se o nível de abstração da tendência à igualação da taxa média de lucro).

Chega-se, finalmente, a lei da tendência à queda da taxa de lucro como conseqüência necessária do progresso da produtividade social do trabalho no modo de produção capitalista. Como se disse, há uma tendência ao aumento da composição orgânica dos capitais individualmente considerados e, como resultado, do capital social. “Então, esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve, necessariamente, ter por conseqüência *queda gradual na taxa geral de lucro*, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital”. (MARX, 2006, V. 4, p. 282) Isto ocorre porque cada unidade do produto passa a conter progressivamente menos trabalho e, portanto, menor massa de mais-valia, de forma que como os preços são em última instância governados pelo tempo de trabalho socialmente necessário, a lei de tendência à queda da taxa de lucro se expressa como conseqüência do progresso da produtividade do trabalho social e pela afirmação da lei do valor, como determinante último dos preços das mercadorias.

A identificação dessa lei como tendência do processo de acumulação de capital não exclui que a massa de mais-valia, e conseqüentemente de lucro, se elevem, pelo contrário, é condição de existência deste modo de produção que a massa de lucro aumente, uma vez que ele é ao mesmo tempo processo de acumulação. Além disso, trata-se de uma lei cuja manifestação objetiva pode ser modificada por circunstâncias diversas. Os mesmos motivos que levam à tendência à queda geram forças que atuam em direções opostas. O processo global de acumulação de capital gera, como tendência, o aumento do grau de exploração da força de trabalho, redução dos salários, queda no valor dos elementos do capital constante, entre outros fatores contrários à tendência à queda da taxa de lucro². A predominância ora para uma direção, ora para a outra, obedece ao movimento cíclico

² Esses e alguns outros fatores contrários à queda da taxa de lucro estão listados no Capítulo XIV do Livro III de *O Capital* (“Fatores contrários à lei”).

da economia capitalista. Diversos fatores atuam incessantemente sobre o objeto em questão, a taxa de lucro. As mesmas causas que concorrem para a tendência à queda, portanto, moderam a realização dessa tendência. Assim, pode parecer arbitrária a escolha da queda da taxa de lucro para tendência, já que outros fatores atuam em sentido contrário, isto é, como contra-tendências. Levando-se a cabo um raciocínio acerca dos limites dos fatores que atuam em direções contrárias, elimina-se a aparência de arbitrariedade na escolha. O aumento na composição orgânica da capital é, em abstrato, ilimitado, enquanto que os fatores que são listados por Marx como contrários à lei são todos limitados³.

A terceira parte do livro III é então encerrada com um capítulo sobre algumas contradições internas à lei da tendência à queda da taxa de lucro. É neste capítulo que o tema das crises capitalistas é abordado como em nenhum outro de *O Capital*, contudo de maneira confusa, dando margens às mais diversas interpretações sobre o fenômeno. É curioso que, a partir deste capítulo, podem-se retirar citações que corroboram diferentes visões sobre as causas das crises no clássico debate marxista a esse respeito⁴.

Acredita-se poder argumentar que a forma de exposição, no que tange à escolha de primeiro enunciar por completo a lei do valor para depois analisar as crises, se deve ao fato de que ciclos econômicos, e, portanto, crises, envolvem variação nos preços das mercadorias de forma que estes podem divergir dos respectivos valores, não se podendo estudar o tema em um nível de abstração no qual não se considera ainda possibilidade da ocorrência desse desvio. As mercadorias seriam vendidas por seus valores no caso que houvesse equilíbrio entre oferta e procura, não sendo possível, portanto, a partir da hipótese de que as mercadorias são trocadas por seus valores abordar um fenômeno que envolve a não realização de parte do produto e, conseqüentemente, da mais-valia produzida. Além disso, em *O Capital* fala-se em crises econômicas antes de tratar-se dos capitais cujo ciclo de valorização não penetra na esfera da produção, as chamadas “formas autonomizadas do capital”, o que atesta o fato de que para Marx a explicitação das tendências subjacentes à produção capitalista é suficiente para atestar e demonstrar o fato de que o processo de acumulação de capital, em sua totalidade, necessariamente implica no aparecimento de situações em que parte do capital social, então em quantidade excessiva com relação às possibilidades reais de valorização, deva ser destruído, isto é, nas crises.

³ Por exemplo, o aumento do grau de exploração da força de trabalho não pode chegar ao ponto em que os capitalistas se apropriem de todo o tempo de trabalho, mesmo assim, imaginando-se extremos, o limite para o aumento da mais-valia absoluta é a duração do dia, limite que nem o capital conseguiria transpor, e a redução do valor da força de trabalho não pode chegar à zero. Por outro lado, o aumento do capital constante sobre o variável tende, virtualmente, ao infinito.

⁴ Sobre o debate marxista acerca das causas das crises econômicas e para uma interpretação do mesmo ver Carcanholo (1996).

Assim, para se falar de conteúdo e causa geral das crises econômicas não se faz necessário tratar dos capitais que habitam unicamente a esfera da circulação. No entanto, na medida em que o desenvolvimento lógico-categorial se aproxima da realidade concreta dos fenômenos faz-se necessário o tratamento de todas as partições do capital total, como se pretende indicar na conclusão deste artigo.

Antes, começa-se a tratar do conteúdo do fenômeno da maneira mais geral possível, desenvolvendo-se a contradição interna à mercadoria, valor e valor de uso, ponto inicial da análise da Marx do modo de produção capitalista. Da crise como possibilidade, parte-se para a mesma como realidade, através das tendências gerais do capital em seu processo de acumulação, processo este que o constitui enquanto tal, uma vez que o capital não pode ser entendido senão como processo de valorização.

1.1 - Conteúdo em sua forma mais abstrata: a crise como possibilidade

A concepção marxiana de valor como equalização de trabalhos úteis de qualidades diversas, uma relação quantitativa que denota a subordinação da produção social a uma lógica estranhada; como elemento descortinado de maneira mais geral como um dos pólos constituintes da mercadoria, juntamente com o valor de uso, formando uma relação contraditória, compreende o primeiro passo para a compreensão das crises capitalistas.

Ao nível de abstração, com o qual Marx inicia seu estudo em *O Capital*, produtores privados de mercadorias oferecem os produtos de seus trabalhos particulares em troca dos produtos de trabalhos alheios. Dessa forma, o produto de cada indivíduo é para si parte alíquota da riqueza social, capaz de ser trocado por qualquer outra mercadoria em quantidades determinadas pelo tempo de trabalho socialmente necessário contido na mercadoria.

As mercadorias, portanto, podem ser igualadas, comparáveis umas as outras, como encarnações de trabalho humano em geral. Mas não haveriam de ser trocadas se não fossem diferentes quanto às suas propriedades materiais particulares, podendo ser aplicadas, desta forma, à satisfação de necessidades também particulares. A mercadoria, enfim, é objeto de desejo para o consumo humano por ser um valor de uso.

Com base neste argumento, pode-se agora assinalar que a dupla determinação da mercadoria (valor e valor de uso) forma uma contradição. A objetividade do valor da mercadoria (universal) se contrapõe à objetividade do caráter útil da mercadoria (particular), contradição essa que fica patente antes de tudo no fato de o valor de uso ocultar, em lugar de revelar, o valor. Os dois pólos são, portanto, determinações complementares da mercadoria que, ao mesmo tempo, se repelem como formas de manifestação do seu conteúdo.

Enquanto mercadoria, cada uma de suas formas aguça, à sua maneira, a ambição de cada agente: um só vê nela valor de uso; outro só vê valor de troca, ou, descendo à realidade dos fenômenos, dinheiro (em perspectiva). A mercadoria dinheiro apresenta-se, na relação entre os sujeitos envolvidos na troca, como medida para o trabalho humano em geral. O trabalho concreto para a produção da mercadoria que assume a função social do dinheiro manifesta direta e concretamente o trabalho humano abstrato. O dinheiro, um produto genuíno da circulação, adquire nela um grau de autonomia diante das mercadorias que expressam em seu corpo o valor que possuem. Essa autonomia não pode, entretanto, ser total, posto que, mesmo que só idealmente, o dinheiro deve sempre manter relação com os valores de uso aos quais serve de medida de valor – valores de uso que com ele podem ser adquiridos, levando o dinheiro novamente para a circulação.

Assim, a circulação simples de mercadorias, M-D-M, do ponto de vista de um único indivíduo divide-se em dois atos: venda, M-D; e compra, D-M. Para ir de encontro à satisfação de seus carecimentos, um indivíduo deve oferecer o produto de seu trabalho no mercado, ao preço que já diz de imediato qual a parcela da riqueza social que este produtor faz jus. O valor, interno à mercadoria, se expressa externamente no preço da mercadoria. Para o produtor se apropriar do valor produzido, tem, portanto, de vendê-la. A manifestação externa só pode realizar-se externamente, isto é, com a alienação da mercadoria por dinheiro. “Para lhe dar um preço, basta igualá-la ao ouro⁵ idealizado. A fim de prestar a seu dono o serviço de equivalente geral, tem ela de ser substituída por ouro”. (MARX, 2006, V.1, p. 130)

Em M-D confrontam-se o produtor da mercadoria e o dono do dinheiro. Para que este decida comprar, a mercadoria deve ser para ele um valor de uso, ou seja, o trabalho nela despendido deve mostrar-se socialmente útil. “Mas a divisão social do trabalho é um organismo de produção que se formou e continua a evoluir, natural e espontaneamente, à margem da consciência dos produtores de mercadorias”. (Ibid., p. 133) Dessa forma, novas necessidades podem ser criadas, bem como produtos que satisfaziam determinada necessidade podem ser substituídos por outros. Além disso, o trabalho do produtor da mercadoria pode não ser confirmado socialmente pela venda se as necessidades que sua mercadoria deve satisfazer encontrarem-se saciadas. Não sendo esse o caso, pode ainda haver alteração no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria (valor de mercado), algo sobre o qual o produtor não tem controle, fazendo com que o preço obtido não seja o inicialmente desejado.

Efetuada a venda, contudo, o dinheiro deixa de ser apenas ideal, mera medida do valor, para tornar-se dinheiro real. O produtor pode, a partir daí, partir para a segunda etapa da metamorfose da

⁵ No início do Capítulo III do Livro I de *O Capital*, capítulo sob o qual se referencia a maior parte desta subseção, Marx supõe, para simplificar, que “o ouro é a mercadoria dinheiro”. (Ibid., p. 121)

mercadoria, D-M. Agora é o produtor da mercadoria inicialmente considerada que de posse do representante universal do valor, o dinheiro, pode trocá-lo por um valor de uso.

A existência da mercadoria apenas enquanto unidade de valor e valor de uso, essa contradição imanente, se expressa externamente na separação dos atos de compra e venda, de maneira que o valor, expresso em dinheiro, adquire independência relativa com relação ao seu par dialético. M-D e D-M, são atos independentes entre si, portanto.

Dizer que esses atos antitéticos, independentes entre si, possuem uma unidade interior equivale a dizer que essa unidade interior transparece através de antíteses externas. Se essa independência exterior dos dois atos – interiormente dependentes por serem complementares – prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade, por meio de uma crise. A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas – essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. (Ibid., p. 140)

Se na contradição interna à mercadoria, expressa de maneira externa pela mediação do dinheiro na metamorfose das mercadorias, já é possível vislumbrar, da forma mais abstrata possível, o fenômeno das crises capitalistas. A conversão dessa possibilidade em realidade depende, como lembra Marx, de um conjunto de condições ainda não presentes a este nível da análise. Esse conjunto de condições diz respeito às leis que regem o movimento da produção capitalista e seus resultados contraditórios que forçam a separação entre valor e valor de uso.

A este nível de abstração, isto é, da circulação simples de mercadorias, o objetivo final dos produtores privados é a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades dadas, limitadas por natureza. A produção capitalista funda-se, contudo, sobre a apropriação do valor, necessidade constitutiva do capital que é, em si, ilimitada. Uma lógica que se sobrepõe aos indivíduos como força estranha, subordinando seus comportamentos a este objetivo primordial para esta forma social de produção. Sob essa lógica determina-se o processo que desemboca em crises de maneira cíclica, o da acumulação de capital. A contradição entre valor e valor de uso é uma realidade no modo de produção capitalista, mas a sua constatação apenas ao nível da circulação simples de mercadorias não mostra a subordinação do trabalho humano à lógica expansiva do valor, embora já demonstre o imperativo de seu reconhecimento social, porém ainda no âmbito da satisfação de necessidades diretamente humanas.

A mera possibilidade da crise, sua identificação da maneira mais abstrata possível a partir dos elementos até aqui desenvolvidos, não pode explicar porque os pólos antinômicos entram em conflito de tal forma que a crise surge pela necessidade de se repor as condições em que repousam sua unidade. “*Explicar la crisis sobre la base de esto, su forma elemental, es explicar la existencia de la crisis mediante la descripción de su forma más abstracta, es decir, explicar la crisis por la crisis*”. (MARX, 1975, p. 429)

Isso não significa que a forma abstrata não seja real, significa apenas que não é suficiente para explicar o aparecimento da crise. Não haveria crise sem a separação potencialmente conflituosa entre compra e venda. A crise não pode existir sem manifestar-se ao mesmo tempo em sua forma simples.

Para se constatar, portanto, o conteúdo das crises econômicas capitalistas em sua forma mais desenvolvida, ou seja, como realidade ao invés de apenas possibilidade, deve-se considerar o “capital como barreira para o capital”. Ou seja, deve-se demonstrar como as leis que regem o processo global de acumulação capitalista, expressas como necessidades que constroem os capitalistas individuais por meio da concorrência, criam, ao mesmo tempo, barreiras para a acumulação de capital, manifestando-se periodicamente de maneira aguda em crises. Este será o objeto da próxima seção.

1.2 - Capital como barreira para o capital: a crise como realidade

A partir de um nível lógico-categorial mais concreto, isto é, considerando-se as determinações essenciais do processo de produção capitalista, ou seja, as leis que regulam o seu movimento, pode-se vislumbrar as crises como momentos necessários do processo global de acumulação de capital. A partir deste ponto de vista, percebe-se que, a despeito de não existir nenhum capítulo que trate especificamente do fenômeno das crises em *O Capital*, o tema perpassa toda a obra, na medida em que esta descortina as tendências gerais do modo de produção capitalista⁶, cujo desenvolvimento contraditório desemboca periodicamente em crises, que nada mais são que soluções circunstanciais a restaurar a unidade nos momentos em que as contradições se exacerbam para além dos limites que permitem a reprodução das relações essenciais subjacentes a esta formação social. Em *Teorias Sobre a Mais-Valia*, Marx aponta que a possibilidade das crises, que se evidencia na circulação simples de mercadorias, “queda demonstrada una vez más, y más desarrollada, por la discrepancia entre el proceso de producción (directo) y el proceso de circulación”. (Ibid., p. 435)

Um ponto importante a ser destacado na análise marxiana é que o estudo da dinâmica da sociedade fundada no capital é, ao mesmo tempo, sua crítica a partir das relações sociais, formas de

⁶ “Las condiciones generales de la crisis, [...], deben ser explicables a partir de las condiciones generales de la producción capitalista”. (MARX, 1975, p. 440)

pensamento e reprodução, subjacentes. Crítica a uma forma de sociabilidade fundada na lógica do valor, que subordina os sujeitos desde fora. Ou seja, dado o caráter mercantil da sociedade capitalista, a produção confronta seus próprios sujeitos como força autônoma, externa, estranha. Nesta formação social o homem passa de sujeito a objeto de seu próprio produto.

A produção capitalista dirige-se à satisfação das necessidades humanas apenas indiretamente, de maneira subordinada à lógica da apropriação de mais-valia, conforme acima mencionado. Sob este imperativo, em si mesmo ilimitado, o modo de produção capitalista tem a tendência de desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas sociais, engendrando, ao mesmo tempo, relações antagônicas de distribuição, o que se patenteia em um conflito entre as condições de produção e realização. Isto é, um conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as condições sociais de produção (unidade de produção e realização). Desta forma, “[n]ão se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo”. (MARX, 2006, V.4, p. 337)

Assim, tendo-se em vista todo o capital social, o processo da acumulação de capital ergue barreiras a si próprio. Patenteia-se nas crises a incapacidade da continuidade do processo de acumulação para todo o estoque de capital existente. Essa paralisação, ou mesmo destruição, de parte do capital social contém as raízes da superação da crise, isto é, da reposição das condições de acumulação de capital, dando início a um novo momento de prosperidade, denotando o caráter cíclico das crises econômicas capitalistas.

As crises se resolvem pela destruição de parte do capital, até que o excesso, em termos de possibilidade de valorização, isto é, da razão de ser do capital, tenha sido eliminado. As perdas se distribuem de maneira desigual de acordo com as vantagens e posições já conquistadas de cada um. No entanto, as contradições que desembocam em crises são por estas solucionadas apenas na medida em que são repostas, em maior nível de complexidade, no entanto.

As tendências gerais do processo global de produção capitalista engendram, portanto, resultados contraditórios que desembocam em crises. Estas tendências gerais afirmam-se para os capitalistas individuais como leis, como condições para a manutenção de suas existências enquanto tais, por meio da concorrência. De maneira geral concorrência é a forma pela qual as tendências imanentes do capital realizam-se como necessidades externas. “Conceptually, competition is nothing but the inner nature of capital, its essential character, manifested and realized as the reciprocal action of many capitals upon each other; immanent tendency realized as external necessity”. (MARX, 1986, p. 341)

A mera constatação de que o conteúdo das crises econômicas consiste no fato de que a produção capitalista engendra as condições que criam dificuldades a sua própria realização, isto é, de que “a *barreira efetiva* da produção capitalista é o próprio *capital*”, (MARX, 2006, V. 4, p.328)

não explica o surgimento dessas condições como momentos necessários no processo de acumulação de capital. Para tanto, deve-se reproduzir os argumentos utilizados por Marx para demonstrar que:

Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais –, em caráter permanente, conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. (Ibid., p. 329)

Deve-se demonstrar, portanto, como as leis que regulam o modo de produção capitalista geram uma tendência à superacumulação de capital, que sempre implica em superprodução de mercadorias, isto é, em termos concretos implica em queda da atividade econômica, desemprego, acumulação de estoques invendáveis de mercadorias etc. Ou seja, demonstrar como essas legalidades criam, ao mesmo tempo e como tendência: produção ilimitada de mercadorias; aumento da massa consumidora; e obstáculos ao consumo. (RIBEIRO, 2008, p. 90) Resultados que denotam a colisão entre as condições de produção das mercadorias e as condições de realização dessa produção, o que implica em dificuldades para a continuidade da acumulação de capital. Este é o objetivo das seções que seguem.

1.2.1 - Tendência à produção ilimitada de mercadorias

Tomando-se por base a análise de Marx, chega-se a conclusão que o modo capitalista de produção, para reproduzir-se, tem a tendência de produzir mercadorias ilimitadamente, quer destinem-se para consumo pessoal, quer sirvam como meios de produção, incluindo-se ampliação da oferta da mercadoria força de trabalho no mercado. Essa tendência à expansão da oferta ocorre tanto em termos da massa de valores de uso disponíveis no mercado, quanto em termos de valor. Além disso, o próprio capital enquanto mercadoria tende a expandir-se de maneira ilimitada, o que redundaria no fenômeno da superacumulação de capital, na já citada incapacidade de valorização para todo o estoque de capital da sociedade, isto é, nas crises.

Pretende-se demonstrar brevemente os elementos da análise marxiana que permitem identificar como as leis que regem o modo de produção capitalista resultam na tendência à produção ilimitada de mercadorias. Para tanto, deve-se resgatar elementos presentes ao longo de toda a obra de Marx.

Para começar, a sociedade capitalista necessita da produção constante de bens de consumo e meios de produção. O capital só pode funcionar se dispuser de meios de produção e força de

trabalho, colocando-os em ação conjuntamente de acordo com proporções técnicas socialmente determinadas. A força de trabalho constitui a única mercadoria de que dispõe a maior parte da população, despojada da propriedade imediata de seus meios de vida (meios de subsistência e produção) das mais variadas formas, que, por isso, deve oferecer no mercado sua capacidade de trabalho a fim de adquirir os valores de uso de que necessitam. Nos termos da circulação simples de mercadorias, do ponto de vista do trabalhador, sua força de trabalho é valor, incapaz de satisfazer imediatamente suas necessidades, devendo, portanto, ser trocada pelos bens de consumo necessários à sua vida, condição para que possam continuar a oferecer no mercado a única mercadoria que possuem.

O modo de produção capitalista não só necessita e produz essas diferentes classes de mercadorias, como o faz, e tem de fazer, de maneira sempre crescente. O objetivo da produção capitalista é a apropriação do maior volume possível de trabalho excedente; e transformação dessa mais-valia em capital, a fim de que se prossiga a apropriação de excedente em escala crescente. A reprodução ampliada é, portanto, a forma normal que o capital tem de reproduzir-se. Para que possa haver reprodução ampliada deve-se não apenas repor os meios de produção gastos, mas transformar parte da mais-valia em capital. Para tanto,

[...] parte do trabalho anual excedente tem de ser transformado para produzir meios adicionais de produção e de subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado. Em suma, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital. (MARX, 2006, V. 2, p. 678)

Além disso, é lei, que se expressa por meio da concorrência, a tendência ao aumento da composição orgânica do capital na tentativa da apropriação de mais-valia extraordinária. Como se disse anteriormente, produzir uma mercadoria abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, abaixo do seu valor de mercado é uma posição vantajosa, pois permite a realização de um superlucro (a venda da mercadoria acima do seu valor) e confere ao capitalista uma posição privilegiada com relação aos seus concorrentes diretos em uma possível guerra de preços em momentos em que a demanda não for suficiente para a oferta disponível do produto, de forma que o capitalista que não acompanhar o progresso da produtividade do trabalho pode nesses momentos sucumbir se o preço de mercado cair abaixo do seu preço de custo. O aumento de produtividade permite, ao nível individual, maior apropriação de mais-valia, o que implica em concentração do capital e ainda na centralização do capital, quando os capitais em piores condições são engolidos por aqueles que por motivos variados conquistaram posições de destaque. Uma vez que “o grau da produtividade do trabalho [...] se expressa pelo número dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho” (Ibid., p.

725), é preciso que haja sempre disponível no mercado as mercadorias que servem de meios de produção. O processo de acumulação em sua totalidade implica na necessidade de que essas mercadorias estejam disponíveis em escala crescente. Se, por ventura, um capital em seu processo de reprodução não encontra disponível no mercado os meios de produção de que necessita, paralisa-se o seu ciclo, ficando impossibilitado de exercer o imperativo que configura o seu ser, qual seja, valorizar-se.

A produção dos elementos que compõe o capital constante é também produção capitalista, de forma que a necessidade de haver disponível quantidade sempre crescente de meios de produção, para o processo global de acumulação, são satisfeitas por estar esse setor sujeito às mesmas leis que impelem à produção sempre crescente de mercadorias, que se pretende apontar ao longo desta seção. Seria um obstáculo depender de modos de produção não capitalistas para obterem-se os meios materiais necessários à produção e apropriação de mais-valia. “A tendência da produção capitalista, entretanto, é transformar, sempre que possa, toda produção em produção de mercadorias, e seu principal instrumento para isto é trazê-la para seu processo de circulação”. (MARX, 2006, V. 3, p.124)

Esse apetite crescente por meios de produção no curso do processo de acumulação é, por outro lado, apetite crescente pelo emprego de capital variável. Apesar da tendência ao aumento da composição orgânica, a massa de trabalhadores empregados tem de crescer, uma vez que é o progresso da acumulação de capital que implica na tendência ao aumento da composição orgânica. Quanto maior o número de trabalhadores que o capital emprega simultaneamente, isto é, quanto mais ele troca trabalho objetivado por vivo, maior é a valorização de uma só vez. No regime capitalista o número de trabalhadores empregados cresce de maneira absoluta, embora decresça relativamente. A mercadoria força de trabalho deve, por isso, estar disponível de maneira constante e em escala crescente no mercado. Essa necessidade é também satisfeita pelo próprio processo de acumulação capitalista.

Segundo Marx, “a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” implica que quanto maior a riqueza social, o capital em função, sua força de expansão e, conseqüentemente, a magnitude do proletariado, maior o exército industrial de reserva. “A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital”. (MARX, 2006, V. 2, p. 748) A tendência ao aumento da produtividade, com o aumento da composição orgânica do capital, significa que um dado estoque de capital necessita de um número decrescente de trabalhadores para ser posto em movimento. A superpopulação relativa é produto necessário e ao mesmo tempo alavanca da produção capitalista. Em momentos de prosperidade massa crescente de riqueza pode ser transformada em capital adicional, lançando-se a ramos de produção antigos e novos, para isso “grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem

prejudicar a escala de produção nos outros ramos”. (Ibid., p. 735-736) Dessa forma a superpopulação relativa é condição de existência do modo de produção capitalista, proporcionando a força de trabalho a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital.

Além disso, os métodos utilizados para aumentar a produtividade são métodos para aumentar o trabalho excedente, isto é, acelerar a acumulação de capital. A concentração do capital está limitada, contudo, pelo crescimento da riqueza social. A acumulação gera, por outro lado, o acirramento da competição entre os capitais individuais, “a repulsão recíproca de muitos capitais individuais”. (Ibid., 728-729) Os capitais menores incapazes de acompanhar o progresso tecnológico que implica, como tendência, que o volume da capital para que se possa engajar competitivamente em atividades produtivas seja crescente, são engolidos pelos capitais maiores e mais aptos à realização dos vultuosos investimentos necessários. Isso significa a expropriação “do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes”. (Ibid., p. 729) Juntem-se a isso os velhos e novos modos de expropriação, de separação do trabalhador de seus meios de produção, e tem-se uma tendência ao aumento do número de pessoas que têm de oferecer sua capacidade de trabalho ao capital como única forma de manter sua existência. O capital, em seu processo de reprodução, repõe constantemente as relações de produção subjacentes, dissolvendo formas pré-capitalistas, dissociando trabalhadores dos meios de produção, colonizando através da circulação modos de produção arcaicos. Nesse sentido, o capítulo XXIV do primeiro livro de *O Capital* (A chamada *acumulação primitiva*) não deve ser visto como simplesmente um capítulo histórico, mera ilustração, mas como um momento do processo global de produção capitalista, constantemente repondo sua lógica, isto é, como parte do argumento teórico de Marx.

Todo esse contingente de pessoas que são lançadas constantemente no mercado de trabalho precisa consumir, para manterem-se vivas e suficientemente saudáveis, de forma que possam, potencialmente, exercer atividade laboral. A reprodução do sistema capitalista necessita, portanto, da produção crescente de mercadorias bens de consumo. Quando a produção por meio de trabalho assalariado se torna geral, a produção de mercadorias tem de ser forma geral da produção. Os trabalhadores têm de encontrar à venda, isto é, na forma de mercadoria os meios de subsistência de que necessitam. A busca da mais-valia extraordinária, motor da inovação tecnológica nos processos capitalistas de produção, tem como consequência a queda no valor de cada unidade produzida, uma vez que por meio desta um dispêndio igual de trabalho humano, *ceteris paribus*, se expressa em quantidade maior de produto. Desta forma, para realizar a mesma massa de valor precisa-se, como tendência, de quantidade crescente de valores de uso. Sob essas condições, os capitalistas são obrigados, portanto, a lançar no mercado uma quantidade sempre crescente de mercadorias.

Já se observou que a produção capitalista tem por suas características iminentes a tendência a reproduzir-se de maneira ampliada e, portanto, a necessidade de realizar quantidade crescente de valor, ao invés de constante. Isto é, consumo produtivo sob bases capitalistas tem por intuito fazer crescer o valor inicial e reproduzir o ciclo de acumulação de um capital em maior escala. Por um lado, os meios de produção são consumidos de forma que seu valor é retirado da circulação apenas temporariamente, sendo posteriormente relançado sob a forma de um valor de uso diverso. Por outro, com relação ao consumo da força de trabalho, o capitalista paga seu valor para receber seu valor de uso (como qualquer outra mercadoria), que nesse caso é criar valor novo, que idealmente deve ser maior que o seu valor próprio. Assim, a necessidade no sistema capitalista de que a produção de mercadorias seja sempre crescente é satisfeita a partir de suas próprias leis internas de funcionamento. (RIBEIRO, 2008, p. 95-96) Além disso, mesmo o consumo pessoal se enquadra na superprodução em termos de valor, uma vez que a retirada do mercado do valor das mercadorias que se destinam ao consumo pessoal implica na reprodução da força de trabalho, isto é, que se possa lançar novamente a mercadoria força de trabalho na circulação. “E, esta é, precisamente, a mercadoria capaz de criar mais-valor”. (Ibid., p. 97)

O trabalho excedente que a classe trabalhadora fornece de graça ao capitalista em um período torna-se capital no período seguinte. “Isto é o que se chama de produzir capital com capital”. (MARX, 2006, V. 2, p. 680) A acumulação de capital entra em uma espécie de círculo virtuoso, no sentido de que quanto mais se acumula, mais se poderá acumular, já que a condição para apropriar-se de trabalho vivo não pago é a propriedade sobre trabalho passado não pago. A concorrência impele o capitalista “a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva”. (Ibid., p. 690) O desenvolvimento da produtividade se torna o principal meio pelo qual o capital se amplia, através da apropriação e direcionamento do progresso científico, uma vez que todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho são métodos para aumentar a mais-valia. “São, portanto, ao mesmo tempo métodos para produzir capital com capital ou métodos para acelerar sua acumulação”. (Ibid., p.727) Como dito anteriormente, esse processo de concentração de capital acaba levando ao acirramento da concorrência e, conseqüentemente, a um processo de centralização do capital, que aprofunda ainda mais a tendência à sobreacumulação de capital, uma vez que dado o grau de exploração da força de trabalho, a quantidade de mais-valia produzida por um capital depende do número de trabalhadores empregados, isto é, da magnitude do capital. “E, por fim, todas as molas da produção funcionam com mais energia quanto mais aumenta sua escala com o montante do capital adiantado”. (Ibid., p. 708).

Para usar um termo que Marx usa ao tratar do capital portador de juros, pode-se dizer que o modo de produção capitalista apresenta a tendência à superprodução também da mercadoria-

capital⁷. Mercadoria esta que tem a peculiaridade de que seu valor de uso, a capacidade de gerar lucro a seu possuidor, não desaparecer com o consumo, pelo contrário, seu consumo não só conserva o valor e o valor de uso, como também o faz crescer. Além disso, acumular, isto é, reproduzir-se de forma ampliada é uma necessidade no modo de produção capitalista, como já se mencionou, portanto, uma vez que a reprodução ampliada é a forma típica da reprodução capitalista, a mercadoria-capital produz a si própria de maneira crescente.

A superprodução da mercadoria capital está contida na já mencionada superacumulação de capital, isto é, a multiplicação do estoque existente de capital social para além da possibilidade de valorização do mesmo. Em seguida será demonstrado como o capital possui a tendência a criar um número crescente de potenciais consumidores para seus produtos, a partir das leis internas de funcionamento do modo de produção capitalista, as mesmas leis que geram a tendência à produção ilimitada de mercadorias.

1.2.2 - Tendência ao aumento da massa consumidora

É claro que essa produção com tendência crescente deve encontrar mercado, isto é, a apropriação da mais-valia produzida pressupõe a realização da produção. A produção crescente faz necessária então uma massa crescente de consumidores. O capital possui, em resposta, a tendência imanente a expandir-se geograficamente, criando novos pontos de troca e, conseqüentemente, dissolvendo formas arcaicas de produção, consumando a acumulação primitiva, isto é, repondo as suas condições de funcionamento de maneira constante, o que significa ao mesmo tempo o aumento constante do número de pessoas que depende do salário para sobreviver, adquirindo seus meios de subsistência através da circulação geral de mercadorias.

De forma similar ao que foi visto anteriormente, as necessidades do capital, as barreiras que se erguem à sua frente, tendem a ser ultrapassadas (mas, apenas na medida em que são repostas em grau crescente de complexidade). Assim, do mesmo modo que o capital tem tendência a produzir quantidade sempre crescente de mais-valia, tem tendência complementar a criar mais pontos de troca. A esfera da circulação tende a ser constantemente expandida pelas necessidades da produção capitalista, de realização da massa crescente de mais-valia. “The tendency to create the *world*

⁷ Marx utiliza o termo ao tratar do capital portador de juros na medida em que neste ponto do desenvolvimento lógico categorial de seu argumento, o capital-dinheiro vira mercadoria. O dono do dinheiro pode cedê-lo, fazendo dele mercadoria, para recebê-lo de volta, acrescido de mais-valia criada pelo capitalista que recebeu o empréstimo e o aplicou produtivamente, também como capital. A mercadoria capital é, portanto, peculiar, uma vez que é alienada não pelo seu valor, ou por expressão deste, mas por uma parcela da mais-valia produzida pelo tomador, que assume a forma de juros. Além disso, o valor de uso dessa mercadoria é produzir lucro, portanto este não desaparece com o seu consumo. A mercadoria-capital pode inclusive tomar a forma de meios de produção. “Mas todo capital emprestado, qualquer que seja a forma dele, como quer que a natureza do valor-de-uso modifique o modo de devolução, é sempre forma particular do capital-dinheiro, pois o que se empresta então é sempre determinada soma de dinheiro sobre a qual se calculam os juros”. (MARX, 2006, V. 5, p.459)

market is inherent directly in the concept of capital itself. Every limit appears as a barrier to be overcome”. (MARX, 1986, p. 335)

Observa-se, desta forma, uma tendência à ampliação do mercado para as mercadorias já produzidas, uma espécie de expansão extensiva do capital. Contudo a busca pela ampliação da massa consumidora não se restringe apenas ao seu alargamento extensivo, atua também na criação de novas necessidades. Assim, trata-se em primeiro lugar de criação de novas necessidades em lugares ainda não explorados completamente pelo capital, através da propagação das necessidades de consumo existentes por uma área maior, e, em segundo lugar, da descoberta de novos valores de uso, ou seja, na criação de necessidades inteiramente novas, o que caminha de par com a tendência já observada do aumento da produtividade. No curso do processo de acumulação de capital buscam-se produtos qualitativamente novos que, como os outros, sejam veículos de mais-valia.

Essa tendência do modo de produção capitalista a universalizar suas formas de reprodução, de forma a espalhar-se, tendencialmente, ao redor de todo o globo terrestre é satisfeita pela introdução da lógica do valor em formas pré-capitalistas de produção através do intercâmbio contínuo com esses modos arcaicos de produção. Trazer para o âmbito da circulação é a forma pela qual o sistema capitalista “coloniza” modos de produção ainda não inteiramente subsumidos à lógica do valor. Esses modos de produção progressivamente passam a produzir mercadorias para, posteriormente, transformarem-se em produção capitalista de mercadorias.

A separação entre trabalhadores e meios de produção e subsistência oferece por um lado, como já foi visto, um dos elementos constitutivos da produção capitalista, a mercadoria força de trabalho, e, por outro lado, fornece ao capital um enorme contingente de pessoas que precisam consumir para sobreviver, em outras palavras, cria a demanda necessária para a realização da mais-valia que essa mesma classe trabalhadora fornece gratuitamente ao capital. Como visto acima, entende-se esse movimento, a “acumulação primitiva”, como movimento constante de reposição da lógica do capital. A tendência à criação de novos valores de uso, ou seja, de novas formas de se apropriar mais-valia, aprofunda essa tendência à dissociação entre trabalhadores e propriedade imediata dos meios de subsistência e produção⁸.

Além do consumo pessoal, as empresas capitalistas adquirem os meios de produção e força de trabalho de que necessitam no mercado. Dado que a acumulação de capital é a regra deste jogo, as empresas devem consumir volume sempre crescente de capital constante e variável. Ademais, as necessidades do consumidor produtivo divergem essencialmente das necessidades físicas e psicológicas que motivam o consumo pessoal, não estando sujeitas a quaisquer limites, obedecendo apenas ao desejo ilimitado de apropriar-se crescentemente de lucro.

⁸ “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior”. (MARX, 2006, V. 2, p. 828)

Por fim, as relações capitalistas de produção engendram “a existência do aparelho de Estado com todo o seu corpo de funcionários, militares, técnicos, etc.” (RIBEIRO, 2008, p. 99). Esses órgãos da administração pública respondem por grande parte da demanda por mercadorias, constituindo parcela importante do consumo, sendo, portanto, de suma importância para o processo global de acumulação capitalista.

A despeito de criar objetos de consumo e consumidores em escala crescente, pretende-se demonstrar em seguida que o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista cria, ao mesmo tempo, como tendência imanente, restrições à realização dessa produção. Com isto pretende-se concluir a demonstração de como o modo de produção capitalista caminha para a geração de crises de maneira cíclica.

1.2.3 - Tendência a restringir a realização do valor produzido

Neste ponto do trabalho pretende-se, portanto, demonstrar como as mesmas leis que levam à tendência ao aumento da escala da produção e ao aumento do número de pessoas que precisam recorrer à circulação capitalista de mercadorias para adquirir seus meios de subsistência, caminham, ao mesmo tempo, para a redução relativa da capacidade de consumo da sociedade. Ou seja, demonstrar que esse modo de produção, apesar de apresentar tendência ao aumento absoluto do consumo de mercadorias, caminha também para a incapacidade de realizar todo o valor produzido. A esse respeito deve-se ter em conta o consumo produtivo, isto é, o que tem por objetivo a produção de mais-valia, e o consumo pessoal, o que diz respeito à satisfação das necessidades dos assalariados, classe que corresponde à maior parte dos consumidores pessoais.

Em primeiro lugar, com relação ao consumo produtivo, como se sabe o objetivo da produção capitalista é produzir, para se apropriar, de mais-valia na forma de lucro, portanto o capitalista deve lançar na circulação sempre menos valor do que dela retira, ou seja, sua procura deve ser sempre menor que a sua oferta. O mesmo pode ser visto em termos de artigos para o consumo, a procura do capital tem de ser sempre menor que a sua oferta, uma vez que para que o capital se valorize deve lançar na circulação mais mercadorias do que dela retira.

O movimento do capital em seu processo típico de acumulação é tal que essa diferença entre a sua oferta e sua procura deve ser idealmente alargada, uma vez que é exatamente essa diferença que corresponde ao lucro do capital. Uma forma simples de visualizar esse argumento é apresentada na sequência: a demanda do capital constitui-se de meios de produção, o capital constante (c), e de força de trabalho, o capital variável (v), ou seja a demanda total do capital é $c+v$; o produto que o capital oferece constitui-se do valor dos meios de produção empregados (c) e do valor novo criado pela força de trabalho, parte repõe a remuneração desta (v) e o restante constitui a mais-valia do capital (m), de forma que a oferta total do capital é $c+v+m$; a diferença entre a oferta e a demanda

do capital é, portanto, igual à mais-valia produzida⁹, m , e quanto maior essa diferença maior a mais-valia que cabe ao capital. A taxa de lucro do capital, $m/(c+v)$, depende positivamente da diferença entre oferta e procura do capital. (Ibid., pp. 101-103)

Desta forma, percebe-se que a tendência a alargar a diferença entre oferta e procura do capital é racional no modo de produção capitalista, o que significa que o processo de acumulação de capital envolve uma tendência a restringir o consumo de meios de produção e de força de trabalho, ou seja, de restringir o consumo produtivo, mas apenas de maneira relativa, pois uma vez que a acumulação de capital é a marca deste modo de produção o consumo produtivo tem necessariamente de crescer em termos absolutos como tendência de um modo de produção que se reproduz, em regra, de maneira ampliada. Isto entra em clara colisão com as tendências já observadas ao aumento da oferta dessas mesmas mercadorias como outro resultado necessário desse processo, uma vez que esse aumento na oferta tende a não ser acompanhado por igual aumento na demanda.

Foi dito anteriormente que o capital é consumidor insaciável uma vez que tem a apropriação de mais-valia por objetivo, um desejo em si ilimitado. Mas essa demanda está condicionada à perspectiva de poder realizar uma oferta maior. A demanda do capital só pode crescer na medida em que se antevê uma apropriação crescente de mais-valia, respondendo ao movimento cíclico do processo global de acumulação, ao mesmo tempo em que concorre para a afirmação desse ciclo. Assim: “Se o capital é um consumidor insaciável, pode tornar-se um comprador extremamente comedido sempre que sinta seus lucros futuros ameaçados”. (Ibid., p. 101)

Com respeito apenas ao consumo dos meios de produção, como decorrência da lei geral da acumulação capitalista, à medida que cresce o capital aumenta a diferença entre capital empregado e capital consumido. Empregam-se máquinas, edifício e outros elementos do capital fixo com valor cada vez maior, mas que o repassam cada vez mais lentamente ao produto final, o que significa que, sob esse ponto de vista apenas, uma maior número de períodos são necessários até que o capital precise repor esses meios de produção.

Assim, a procura por meios de produção tende a não acompanhar o aumento da oferta do capital. Se sua procura por meios de produção é necessariamente menor que o capital adiantado e bem menor que o valor-mercadoria que fornece o seu processo produtivo, sua procura por força de trabalho, segundo a já muitas vezes citada lei que rege a tendência ao aumento da produtividade, tende a ser cada vez menor em relação à procura do capitalista por meios de produção. Uma vez que todo esse movimento se afirma pelo desejo privado de apropriação de quantidade crescente de mais-valia, poder-se-ia imaginar que o consumo pessoal do capitalista compensaria a redução da sua

⁹ Neste nível de abstração, desconsiderando-se assim as espécies de capital que habitam unicamente a circulação, toda a mais-valia produzida é apropriada pelo capitalista produtivo.

demanda enquanto agente produtivo e mesmo a redução da demanda por artigos de consumo por parte da força de trabalho cuja demonstração será realizada em seguida. Um breve exame da questão é suficiente para desfazer esta impressão. Ao capitalista individual é necessário constituir uma reserva de capital para aproveitar possíveis conjunturas favoráveis de expansão de seus negócios, bem como para defender-se de oscilação de preços e da demanda por seus produtos. Além disso, a concorrência compele-o à reprodução ampliada e à incorporação dos progressos técnicos ao seu processo produtivo. Parte da mais-valia (a maior parte, diga-se de passagem) fica comprometida pelas necessidades de expansão do capital, necessidade que tem força de lei, uma vez que dela depende a existência dos capitais individualmente considerados.

O processo de acumulação capitalista, portanto, gera tendência à redução relativa do consumo tanto de meios de produção quanto de força de trabalho, por parte do capital. Dando sequência ao argumento, a procura do capitalista por força de trabalho é indiretamente a procura dos trabalhadores por artigos de consumo. No entanto, o ímpeto privado da apropriação máxima, que se apresenta como condição de manutenção do capitalista enquanto tal, sendo, portanto, produto dessa lógica de acumulação, choca-se com a necessidade da confirmação social da produção. Cada capitalista relaciona-se com seu próprio trabalhador segundo a regra geral da relação entre capital e trabalho, procurando elevar ao máximo o tempo de trabalho excedente e reduzir o tempo de trabalho necessário.

Para cada capital o salário pago constitui um custo, uma perda, ao invés de demanda por seus produtos. A relação imanente entre capital e trabalho afirma a si própria, chocando-se, contudo, com as condições sociais da produção, uma vez que os trabalhadores em geral constituem os potenciais demandantes dos artigos de consumo pessoal produzidos. A partir dessa relação geral entre capital e trabalho, a luta de classes, já é possível vislumbrar que o capital, como tendência, ergue barreiras ao consumo dos trabalhadores.

Ademais, já se disse que o processo de acumulação capitalista produz a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, isto é, ao decréscimo do capital variável com relação ao capital constante, criando uma superpopulação relativa. Se a diminuição do número de trabalhadores não é necessariamente absoluta, variando com o ciclo econômico, a lei da acumulação capitalista funciona de tal forma que exclui qualquer redução no grau de exploração da força de trabalho (m/v) ou possível elevação do salário que possa comprometer a reprodução capitalista. Assim, o capital atrai relativamente cada vez menos trabalhadores, isto é, apesar do nível de emprego crescer (oscilando de acordo com a conjuntura do ciclo econômico), não o faz à mesma taxa de crescimento da acumulação de capital.

Há assim, no decorrer de um ciclo completo, formação contínua (isto é, tendencial) do exército de reserva, oscilando com momentos de maior ou menor absorção de força de trabalho. A

necessidade do capital de aumentar o emprego em termos absolutos nos momentos de prosperidade é satisfeita pela própria tendência de no processo de acumulação criar um exército industrial de reserva. Os movimentos dos salários regulam-se, em geral, pela expansão ou contração do exército industrial de reserva. Assim, a formação do exército industrial de reserva concorre para a redução dos salários, diminuindo o poder de consumo da classe trabalhadora. Em suma, com o progresso da produtividade, quantidade crescente de meios de produção pode ser mobilizada por igual dispêndio de força de trabalho, maior, portanto, a pressão dos trabalhadores sobre o emprego e piores as condições de barganha da classe trabalhadora por melhores condições de vida, isto é, consumo.

Além disso, o aumento de produtividade, quando atinge setores que produzem bens de subsistência dos trabalhadores leva a uma diminuição do tempo de trabalho necessário, isto é, a um aumento do tempo de trabalho excedente à custa daquele, ou seja, um aumento da mais-valia relativa. Reduz-se o valor da força de trabalho, restringindo sua capacidade de consumo. (RIBEIRO, 2008, p. 103-104)

De toda forma, fica claro que as leis que regem o processo de acumulação capitalista tem como resultado a tendência a erigir barreiras ao consumo, que são ao mesmo tempo barreiras ao próprio processo de acumulação, uma vez que este obrigatoriamente envolve a realização da mais-valia criada. Não poderia ser diferente em um sistema no qual o consumo e a produção (que é ao mesmo tempo consumo de meios de produção e força de trabalho) respondem às vontades do capital e não às necessidades sociais racionalmente administradas. Nesse sistema o consumo da população assalariada é quase um acidente no curso da acumulação de capital, uma necessidade deste processo.

O capital é a unidade de processos externos uns aos outros – produção e realização – separados no tempo e no espaço. Esses momentos existem “*independently alongside one another, despite their inner unity, and each exists as the precondition of the other*”. (MARX, 1986, p. 330) Por ser esta unidade, deve o capital realizar todos os momentos necessários que o constituem. A análise do processo de circulação do capital joga luz sobre esta questão. Analisando-se o ciclo de um capital individual, qualquer que seja a figura do ciclo¹⁰, percebe-se que cada fase do ciclo precede outra e que a interrupção de uma fase é, portanto, a interrupção de todo o ciclo. Se, por exemplo, a mercadoria produzida não é vendida, não se pode adquirir os meios necessários à continuidade do processo de produção, quer a reprodução do capital seja simples ou ampliada¹¹. O processo de valorização, movimento característico do capital, é uma sucessão de fases justapostas, isto é, enquanto parte do capital encontra-se sob a forma de mercadoria, outra parte se encontra sob

¹⁰ Seja ciclo do capital-dinheiro, o ciclo do capital-produtivo, ou o ciclo do capital-mercadoria. Ver Marx, 2006, V. 3, Parte Primeira.

¹¹ Obviamente que para que um capital de fato se paralise a quantidade de mercadorias que não consegue realizar tem de ser considerável, mas ao menos, mesmo a não realização de uma única mercadoria, significa que parte do capital não conseguiu percorrer todas as fases necessárias ao seu processo de valorização.

a forma dinheiro e outra ainda sob a forma de meios de produção. “Quando para a sequência, a sucessão, desorganiza-se a justaposição, e todo estorvo num estágio causa maior ou menor paralisação em todo o ciclo da parte do capital estorvada e ainda do capital individual por inteiro”. (MARX, 2006, V. 3, p. 118)

Tentou-se demonstrar que o capital possui a tendência a criar esse estorvo. É importante ressaltar que aqui foram identificadas tendências, leis gerais cujo funcionamento pode ser modificado pelas mais diversas circunstâncias, cuja análise foge ao escopo deste trabalho. Procurou-se mostrar que as leis que regulam o modo de produção capitalista produzem, ao mesmo tempo, resultados contraditórios entre si.

Por fim, deve-se reter que o modo de produção capitalista caminha constantemente para crises de maneira cíclica, isto é, caminha constantemente para a sua ampliação para além dos limites que possibilitem a sua valorização, para a superacumulação de capital. Mas o que pode causar tal estado de coisas? O comportamento individual sob o dever ser orientado pela lógica do valor parece encerrar uma contradição essencial com a unidade sob a qual se assenta o capital enquanto relação social. Uma vez entendido o conteúdo das crises, o próximo passo lógico deve ser explicitar sua causa.

2 - Causa

A partir da explicitação do conteúdo das crises no modo de produção capitalista pode-se perceber que estas provêm de um conflito entre as condições de produção, sob a lógica ilimitada da expansão do valor, e de realização de todo o valor criado. Essa contradição exacerba-se periodicamente, de maneira cíclica, de forma a paralisar em grande medida o processo de acumulação de capital, levando à destruição de parte do capital, eliminando o excesso, o que, ao mesmo tempo, já configura o caminho de saída da crise. O modo de produção capitalista, portanto, apesar de engendrar uma forma de práxis social que traduz o ímpeto à acumulação desmesurada pela expansão tendencial da produção, cria ao mesmo tempo barreiras para o seu processo de acumulação, restringindo a possibilidade de que essa produção crescente se realize.

Apesar do fato de que os indivíduos (os capitalistas neste caso) possuem o *telos* da expansão do valor que dispõe, e de agirem de acordo com essa finalidade, o resultado final periodicamente é o contrário. Evidencia-se assim uma propriedade do ser social, de que a teleologia restringe-se ao agir individual e os resultados sociais que emergem da articulação de inúmeras posições teleológicas realizadas são concretamente distintos das finalidades às quais se dirigem os agires humanos (ou seja, não têm com único efeito a realização da própria finalidade). (LUKÁCS, 1979, pp. 17-18)

O motor dessa indiferença recíproca entre os capitais individuais, ou seja, a maneira através da qual as tendências gerais do capital expressam-se para os indivíduos com força de lei, como já se sabe, é a concorrência. Esta “impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas”. (MARX, 2006, V. 2, p. 690) Assim, apesar da necessidade de confirmação social de toda produção capitalista, as tendências imanentes a esse modo histórico-específico de produção se afirmam no âmbito individual pela indiferença recíproca entre os capitais individuais, cada qual agindo em interesse próprio como uma condição imposta externamente à sua existência. Isso fica evidente no fato de que cada capitalista individual trata seu próprio trabalhador segundo as tendências gerais da relação entre capital e trabalho, isto é, atuando sempre que possível no sentido da restrição de sua capacidade de consumo, enquanto que a classe capitalista como um todo precisa do consumo dos trabalhadores para realizar a mais-valia criada, como se falou na seção anterior. A produção que se regula pelas necessidades absolutas do capital, ao invés de regular-se pelas necessidades humanas de maneira direta, só pode confirmar-se pela via do mercado, estando posta a possibilidade de que força produtiva social tenha se despendido em vão, dadas a tendência demonstrada na seção anterior para o descompasso entre a produção ilimitada e o consumo insuficientemente crescente, isto é, a tendência do sistema capitalista a gerar crises de maneira cíclica.

As tendências contraditórias desenvolvidas na seção anterior decorrem do desejo privado da apropriação máxima possível de lucro, cujo resultado social, contudo, cria obstáculos à realização das finalidades inicialmente postas. Assim, as crises no modo de produção capitalista surgem como consequência da contradição entre a força social geral que o capital encarna e o poder privado dos capitalistas, entre a indiferença recíproca destes em um sistema que universaliza formas de reprodução nas quais a dependência mútua se afirma. “A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra”. (CARCANHOLO, 1996, p. 181). Ou nas palavras do próprio Marx:

Em termos bem genéricos, a antinomia consiste no seguinte: o modo capitalista de produção tende a desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas, independentemente do valor, da mais-valia nele incluída e das condições sociais nas quais se efetua a produção capitalista, ao mesmo tempo que tem por finalidade manter o valor-capital existente e expandi-lo ao máximo (isto é, acelerar sempre o acréscimo desse valor). Caracteriza-o especificamente a circunstância de o valor-capital ser utilizado como meio de expandir esse valor o máximo possível. Os métodos com que alcança esse objetivo implicam decréscimo da taxa de lucro, depreciação do capital existente e

desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já criadas. (MARX, 2006, V. 4, p. 328)

A decisão de expandir o valor-capital o máximo possível está circunscrita à esfera privada da teleologia dos capitalistas e os métodos pelos quais este objetivo é perseguido implicam, entre outras coisas, na desvalorização de parte do capital social por meio de uma crise. A causa das crises só pode ser, portanto, a indiferença das ações individuais, sob a lógica da acumulação máxima, com relação às condições sociais de produção, unidade de produção e realização. Capital é a unidade desses dois momentos distintos que não correspondem imediatamente um ao outro, formando uma contradição. Quando esta se afirma além de certo ponto a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise.

Conclusão

Como anunciado este é o momento de apontar como a atual crise econômica mundial poderia ser encaixada na perspectiva teórica vista acima. A forma através da qual será cumprida esta tarefa é bem simples e o escopo reduzido do trabalho impede que se aprofunde a questão neste artigo¹². Como já se mencionou o caminho metodológico de se entender a realidade social a partir de seus aspectos mais básicos e abstratos, em direção às formas mais concretas e complexas, de forma que se retorna à realidade concreta com a capacidade de dar-lhe significação. Esse é o caminho de Marx em *O Capital*, desta forma o processo de “autonomização das formas funcionais do capital”¹³, isto é, o passo teórico que é dado a partir da Parte Quarta e completado na Parte Quinta do Livro III de *O Capital*, não poderia deixar de envolver o aprofundamento das tendências observadas ao nível de abstração no qual apenas os capitalistas produtores diretos de mais-valia apropriavam-se desta.

Como se sabe, as crises econômicas mais recentes eclodiram nos mercados financeiros e um aspecto bastante ressaltado na literatura marxista da fase atual do capitalismo é o fato de que a acumulação na esfera da circulação supera, em muito, a acumulação de capital na produção. Mais especificamente, a fase de acumulação de capital que se inicia na década de 1970 se caracteriza pela intensa criação de formas de capital fictício, como uma solução à incapacidade da continuidade do processo de acumulação de capital, para todo o estoque de capital existente, na produção e comércio¹⁴.

¹² Para um tratamento mais da relação entre a acumulação de capital fictício e a crise atual, tendo por base a teoria das crises de Marx tal qual aqui apresentada, ver Miranda (2011).

¹³ De maneira bem sucinta, este processo, em termos abstratos, dentro da análise de Marx, indica que as formas funcionais do capital produtivo, o capital-dinheiro e o capital-mercadoria, suas funções específicas no processo de acumulação de capital se tornam atribuição de classes específicas de capitalistas, pelas necessidades decorrentes do próprio processo de acumulação.

¹⁴ Para uma explicação sucinta e precisa do fenômeno ver Carcanholo (2010).

Capital fictício¹⁵ é uma forma de capital dialeticamente derivada do capital-dinheiro. Diz respeito aos títulos que, mesmo quando tem um capital realmente existente em sua origem, têm seus valores de face a flutuar de acordo com o “humor” especulativo do mercado. Em virtude disso, mesmo quando indiretamente concorrem para a produção de mais-valia, facilitando investimentos, como é o caso das ações de empresas produtivas, o montante de capital fictício acumulado não tem qualquer relação com acumulação de capital na produção, a não ser pelo fato de que o portador dessa espécie de título tem o direito de apropriar-se de parcela determinada da mais-valia socialmente produzida. Aproxima-se assim do problema: esta fase histórica do capitalismo tem como uma de suas características distintivas o fato se acumular quantidade colossal de capital que se especializa apenas na apropriação de mais-valia e que não concorre para sua produção. É exatamente a exacerbação da lógica que foi acima indicada como a causa das crises cíclicas do capitalismo, a contradição entre os interesses privados da apropriação de mais-valia e o domínio inescapavelmente social de sua produção.

Como se pode, portanto, vislumbrar uma saída para a crise se grande parte das ações dos governos se destina a proteger os credores, impedindo a destruição de capital fictício, em detrimento, é claro, da maior parte da população?

Bibliografia

CARCANHOLO, Marcelo Dias, *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1996.

_____, *A Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora*. Revista Aurora, ano IV, número 6, 2010.

MARX, Karl, *Collected Works, Volume 28, Marx: 1857-1861(Gründrisse)*. Moscow, Progress Publishers, 1986.

_____, *Teorias Sobre la Plusvalia*, Volume 2. Buenos Aires, Editorial Cartago, 1975.

_____, *O Capital: Crítica da Economia Política*, 6 volumes. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

MIRANDA, Flávio, *As Interpretações Marxistas da Crise Econômica Atual: uma análise com base na teoria das crises de Marx*. Dissertação de Mestrado, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Nelson Rosas, *A Crise Econômica: uma visão marxista*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2008.

¹⁵ Ver Capítulo XXIX do Livro III de *O Capital*.